UMA ANÁLISE ACERCA DOS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE SAÚDE DO TRABALHADOR

Jaciara Pereira Campos[1]
Joselma dos Santos Silva[2]

RESUMO: Neste artigo propõe-se refletir sobre os desafios do Serviço Social no campo da Política de Saúde do Trabalhador. Tendo como base teórica a perspectiva marxista, o trabalho enquanto mola propulsora do modo de produção capitalista. Para tanto, buscamos entender o surgimento da necessidade de uma política social voltada as demandas e necessidades da classe trabalhadora e sua relação com o Serviço Social. Deste estudo conclui-se que o Assistente Social, embasado com todo arcabouço teórico e das dimensões que balizam seu fazer profissional, tenta garantir e efetivar os direitos da classe trabalhadora no âmbito da saúde, mesmo que a sociedade contemporânea almeje o contrário, a não garantia dos direitos dos trabalhadores.
PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Política de Saúde do Trabalhador; Trabalhadores.

ABSTRACT: In this article we propose to reflect on the challenges of Social Work in the field of Worker's Health Policy. Based on the theoretical Marxist perspective, work as the driving force of the capitalist mode of production. To do so, we seek to understand the emergence of the need for a social policy focused on the demands and needs of the working class and its relationship with Social Service. This study concludes that the Social Worker, based on a theoretical framework and the dimensions that guide his professional work, tries to guarantee and make effective the rights of the working class in the health sphere, even if the contemporary society seeks the opposite, of workers' rights.
KEYWORDS: Social Service; Occupational Health Policy; Workers.

INTRODUÇÃO

Os desafios postos aos serviços de saúde diante da Política Nacional de Saúde do Trabalhador têm se constituído, ao longo dos últimos anos, em uma política contra-hegemônica, na contra mão das políticas econômicas, dirigida a classe trabalhadora, expressa-se em ações de resistência ao predomínio da lógica desenvolvimentista e financeira[3] da sociabilidade capitalista (SANTOS, 1987). Tais iniciativas são possíveis principalmente devido ao engajamento dos profissionais da área de saúde que atuam em prol da proteção à saúde integral da classe trabalhadora, daí a importância do protagonismo histórico de tais atores e dos movimentos sociais na sustentação dos serviços de saúde e do campo da saúde do trabalhador (LACAZ, 1996).

Segundo Lacaz, indica-se que no campo da saúde do trabalhador: "[...] o coletivo de trabalhadores é percebido como produtor e não mais consumidor de condutas, prescrições/orientações, medicamentos etc" (1996, p. 84). Sendo, assim as ações devem ser apreendidas, socializadas e integradas a quem mais interessa as condições de saúde: os próprios trabalhadores. Os trabalhadores, além de serem explorados diariamente pelos

---

[1] Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL.
Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL
[2] Bacharel em Serviço Social pela Faculdade Santo Augustinho – Teresina/ PI
3 O fato de o Estado desenvolvimentista estar presente em toda a história do desenvolvimento capitalista não é fruto do acaso. A lógica do estado-nação é a da acumulação de capital e do desenvolvimento econômico, por isso a lógica desenvolvimentista e financeira (BRESSER-PEREIRA, 2016).

que possuem os meios de produção, não conhecem ao certo seus direitos e, ainda, têm os mesmos violados, neste processo, cabe aos profissionais do Serviço Social orientar, encaminhar e mantê-los informados sobre os seus direitos, fazendo com que os mesmos sejam efetivados, por meio da articulação entre os elementos técnico-operativos, teórico-metodológicos e ético-políticos.

Mas, para tanto, busca-se entender a atuação do Assistente Social na garantia dos direitos dos trabalhadores no âmbito da saúde, pautada em uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar presente no campo da saúde do trabalhador. A análise e o enfrentamento cotidianos da complexidade dos processos de trabalho para a saúde passam a contar com novas categorias profissionais, o que representa um avanço, à medida que se distancia do diagnóstico/ação restrito à engenharia e à medicina (LACAZ, 1996).

Refletir sobre essa temática torna-se importante para buscar uma aproximação e uma articulação com o debate profissional do Serviço Social na saúde, trazendo à tona os limites e os desafios que são impostos pela dinâmica capitalista e pela ofensiva neoliberal, sendo que o conceito de saúde do trabalhador é carregado de historicidade e criticidade (OLIVAR, 2010).

DESENVOLVIMENTO

O campo da saúde do trabalhador e o Serviço Social, segundo Freire (1998), possuem alguns traços em comuns. Aponta-se para o desenvolvimento, ao mesmo tempo de ambos, uma notável renovação a partir dos anos de 1960, consolidada e indiscutível nos anos de 1980, na América Latina. Nesse período, essas áreas iniciaram uma interlocução coma as ciências sociais, adotando uma perspectiva crítica, sob influência do materialismo histórico, inserindo a análise de seus objetos na totalidade econômica, política e social. Ao mesmo tempo, sobretudo nos anos de 1990, ambos também sofreram, no Brasil, os impactos negativos do processo de reestruturação produtiva e do neoliberalismo (OLIVAR, 2010).

Olivar (2010) afirma que, ao buscar uma reflexão sobre o Serviço Social e o campo da saúde do trabalhador, faz-se necessário ter em mente a premissa de que a intervenção profissional é condicionada por determinantes sócio-históricos, institucionais e ao mesmo tempo, por repostas profissionais vinculadas a um projeto de sociedade que busca a superação do modelo atual, o capitalista, na construção de outra onde todas as pessoas tenham acesso igualitário aos serviços.

O campo da saúde do trabalhador, por sua natureza multidimensional e seu caráter interdisciplinar, vem demarcando diferentes espaços sóciocupacionais para o Serviço Social. O profissional é requisitado em diferentes serviços e programas dde saúde, como: atenção básica á saúde; em centros de referência em saúde do trabalhador, em hospitais gerais e de emergência e nos serviços referenciados; na área de reabilitação profissional

previdenciária e/ou organizações privadas ou públicas; em serviços de saúde e segurança do trabalhador vinculado a empresas e instituições, bem como na gestão de recursos humanos para o desenvolvimento de programas voltados para a saúde do trabalhador; em sindicatos que desenvolvem programas de promoção à saúde; nos serviços de vigilância e educação em saúde; nas comissões de saúde do trabalhador; em trabalhos de assessoria e consultoria; em organizações de ensino e pesquisa em saúde (MENDES; WUNSCH, 2008).

Os assistentes sociais que se inserem na área da saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde (SUS) são chamados a atuar, na esfera de gestão e planejamento, ampliando seu espaço ocupacional para atividades relacionadas ao controle social, à implantação e orientação de conselhos gestores, à capacitação de conselheiros e à assessoria às equipes de saúde das chamadas “redes sentinelas” na sensibilização para a atenção aos acidentes de trabalho nas emergências públicas de saúde, somando-se às atividades tradicionais demandadas historicamente, como a assistência e a questão do acolhimento individual ao trabalhador, tão em debate na esfera da saúde coletiva (OLIVAR, 2010).

Segundo Olivar (2010), pode-se conceber a atuação do Assistente Social no campo da saúde do trabalhador como desmistificadora da alienação produzida pelo sistema capitalista, junto aos profissionais da rede de saúde, através da sua capacidade de fazer mediações para a garantia dos direitos sociais da classe trabalhadora, sinalizando para a capacidade de intervenção sobre os processos determinantes dos problemas sociais advindos da forma de produzir e reproduzir da sociabilidade burguesa.

Após essa explanação, deve-se considerar fundamental a defesa das propostas do Projeto de Reforma Sanitária construído nos anos de 1980 e a mobilização e luta dos movimentos sociais, a saúde do trabalhador se inscreve no âmbito da participação e cogestão das políticas públicas. Cabe frisar que é importante coletivizar a questão trabalho e saúde para superar as atividades técnico-burocráticas e estruturar ações técnico-políticas. É preciso resgatar o campo político da saúde do trabalhador, tendo a clareza de que a saúde do trabalhador é a expressão concreta das relações sociais, conforme afirma Freire (1998), e de que o recrudescimento das condições de trabalho, o qual atinge o trabalhador, é uma das expressões da questão social que constitui a matéria-prima ou objeto do trabalho do Assistente Social (OLIVAR, 2010).

Compreende-se, a partir do exposto pela autora Olivar (2010), que a exploração dos trabalhadores pelos capitalistas gera várias expressões da questão social como, por exemplo: miséria, desigualdades, pobreza, fome, violência, a precarização do trabalho, da educação, da saúde dentre outras expressões. É nesse terreno contraditório que o Assistente Social age, fazendo com que os direitos dos trabalhadores, se efetivem de fato.

Mas, deve-se observar que a área da saúde do trabalhador, historicamente, vem representando uma dispersa demanda para a profissão, em que vários fatores contribuíram para o mascaramento dessa demanda. Entre eles podem-se apontar questões endógenas à profissão norteada pela perspectiva conservadora e outros condicionantes que limitaram a compreensão sobre o tema saúde e trabalho, bem como o pensamento hegemônico da concepção da saúde do trabalhador presente na área (MENDES; WUNSCH, 2011). Esses aspectos foram confrontados com o contexto social e político ao longo da década de 1990, e nos anos 2000 passa a se construir em um emergente campo de atuação profissional. Tal fato significa que o Assistente Social é convocado, e ao mesmo tempo se convoca, a acolher e dar respostas às refrações do trabalho sobre a saúde do trabalhador (MENDES; WUNSCH, 2011).

Segundo Mendes & Wunsch (2011) a denominação saúde do trabalhador carrega em si as contradições engendradas na relação capital e trabalho e no reconhecimento do trabalhador como sujeito político. Ela representa o esgotamento de um modelo hegemônico que atravessou séculos, circunscrito num arcabouço legal e conservador que reconhecia um risco socialmente aceitável e indenizável à lógica do capital, o dos acidentes no ambiente de trabalho. A construção do conhecimento e a compreensão das múltiplas determinações que constituem o processo saúde-doença incorporam a relação dialética entre o capital e o trabalho na explicitação do conjunto de manifestações no corpo e na mente dos indivíduos.

Neste sentido, Dias afirma que:

> Os trabalhadores vivem, adoecem e morrem de forma compartilhada com a população de um determinado tempo, lugar, e classe social, mas também, de forma diferenciada, decorrente de sua inserção particular no processo produtivo, sustenta a proposição de que esta especificidade deve ser contemplada no atendimento às suas necessidades de saúde (1994, p.28).

Diferentemente das visões dicotomizadas, propugna-se que os programas de saúde incluam a proteção, a recuperação e a promoção da saúde do trabalhador de forma integrada, e que sejam dirigidas não só aos trabalhadores que sofrem, adoecem ou se acidentam nos locais de trabalho, mas aos trabalhadores em geral (DIAS, 1994). Essas ações devem ser redirecionadas para se alcançar as múltiplas mudanças que ocorrem nos processos de trabalho, sendo realizados através de uma abordagem transdisciplinar e intersetorial e, ainda, com a imprescindível participação da classe trabalhadora (MENDES; WUNSCH, 2011).

O Serviço Social e a saúde do trabalhador referenciada na perspectiva da matriz marxista constituem o “fundamento para análise teórica da produção das condições materiais da vida social” (NETTO, 2009). Indissociavelmente, para entender a estrutura e a dinâmica da sociedade e determinações sobre o objeto saúde do trabalhador, há uma necessidade de um conhecimento dotado de força social e política para, assim, incidir sobre

a realidade concreta circunscrita na saúde e no trabalho, sendo essa uma das possibilidades que contribuiriam para a efetivação dos direitos dos trabalhadores no âmbito da saúde, pelo profissional de Serviço Social (MENDES; WUNSCH, 2011).

Então, pensar a intervenção profissional na área da saúde do trabalhador e os diferentes condicionamentos sobre o processo de trabalho em que se insere o Assistente Social requer, portanto, um conjunto de competências e exigências. Inicialmente, aponta-se o caráter interdisciplinar do trabalho, demarcando um lugar que conjuga os diferentes conhecimentos e as especificidades das profissões ali inseridas, conferindo uma dimensão processual ao trabalho para superar a fragmentação do saber e das limitações encontradas durante o processo de intervenção e de conhecimento (MENDES; WUNSCH, 2011).

Cabe destacar que para o Assistente Social garantir e efetivar os direitos sociais dos trabalhadores faz-se necessário um arcabouço teórico, associado às dimensões ético-política e técnico-operativo, e um conhecimento ampliado da Política Nacional de Saúde do Trabalhador, pois o profissional irá prestar orientação, fazer encaminhamentos e repassar as informações necessárias para os trabalhadores sobre os seus direitos no âmbito da saúde.

Nos últimos anos da década de 20, a área de saúde do trabalhador vem se apresentando como uma importante área de atuação do Assistente Social. A dimensão social e histórica da exploração da força de trabalho ganha relevância nos determinantes das condições de saúde do trabalhador, com a complexidade da realidade atual do desenvolvimento capitalista, marcada pela precarização das condições de trabalho, aumento do mercado informal, flexibilização das relações de trabalho e com forte empenho, por parte do governo, no desmonte das políticas públicas e na negação e direitos sociais, conquistados ao longo de toda história pelos trabalhadores (CFESS, 2010).

A saúde do trabalhador, segundo o CFESS (2010), envolve o coletivo de trabalhadores, inseridos no processo saúde/doença no trabalho, não abrangendo apenas àqueles que têm o adoecimento neste processo. Exige o desenvolvimento de ações de atendimento, prevenção e promoção da saúde, de fiscalização do ambiente e condições de trabalho, defesa das condições ambientais, de acesso aos direitos previdenciários e trabalhistas envolvendo diferentes atores.

O Assistente Social atua no atendimento aos trabalhadores, seja individual ou coletivamente, na pesquisa, no assessoramento e na mobilização dos trabalhadores, compondo muitas vezes, equipe multiprofissional. Como podemos observar os desafios são muitos, apesar dos avanços, a exemplo da realização da III Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (CNST) em 2005, muito tem de se construir na implementação da política e no combate a atuação segmentada dos diferentes órgãos e instituições, como órgãos públicos da saúde, previdência social, trabalho e emprego, poder judiciário, empregadores,

pesquisadores, movimentos dos trabalhadores, com destaque para a organização sindical, entre outros (CFESS, 2010).

Desta forma, entende-se que o campo de saúde do trabalhador é um espaço privilegiado de atuação para o Assistente Social – que com a direção social adotada pela profissão nas últimas décadas e com a atuação conjunta com outros profissionais e movimentos sociais que compartilhem dos princípios e diretrizes defendidos pelo projeto Ético Político do Serviço Social, o qual visa contribuir para o fortalecimento da classe trabalhadora enquanto sujeitos históricos neste processo de luta constante na garantia de direitos (CFESS, 2010).

Por fim, ressalta-se que é de suma importância a contribuição do Assistente Social para a efetivação das políticas sociais voltadas para os trabalhadores, em especial na área da saúde, sendo que esses profissionais não podem esquecer-se dos objetivos propostos pelo Movimento de Reforma Sanitária e dos princípios e diretrizes defendidos pelo Código de Ética da Profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, a Política de Saúde no Brasil obteve muitos avanços, principalmente, a partir da Constituição Federal de 1988, quando passa a ser um dever do Estado, a sua garantia a todos os cidadãos. No entanto, todas as lutas e conquistas alcançadas pela classe trabalhadora durante décadas nessa área não é suficiente para garantir esse direito de forma igualitária para todos. Para tanto, se faz necessária a atuação do Assistente Social na mediação, orientação, viabilização dos direitos dos trabalhadores no âmbito da saúde, onde o mesmo deve está inserido em uma equipe multidisciplinar, pautado no Código de Ética, na Lei que regulamenta a profissão, e nos objetivo da Reforma Sanitária, visando a construção de uma nova ordem social, estruturada na igualdade de direitos para todos.

As reflexões apresentadas sobre a temática Serviço Social e Saúde do Trabalhador, encontra-se diretamente relacionada a categoria trabalho, a relação de exploração produzida dentro da sociedade capitalista, como vimos, esta busca desenvolver mecanismos para conter os conflitos gerados da relação capital/trabalho, sendo a Política Nacional de Saúde do Trabalhador, um exemplo, na área da saúde, voltada ao atendimento das necessidade da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Modelo de Estado Desenvolvimentista.** Texto para discussão 412. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Fevereiro, 2016. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Texto-Discuss%C3%A3o/350-Modelos-Estado-Desenvovimentista-TD412.pdf>. Acessado em 25 de maio de 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política da Saúde.** Brasília, 2010.

DIAS, Elizabeth Costa. **A atenção à saúde dos trabalhadores no setor saúde (SUS), no Brasil?**Realidade, Fantasia ou Utopia? 1994. 335 f. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

FREIRE, Lúcia M. B.; O Serviço Social e a saúde do trabalhador diante da reestruturação produtiva nas empresas. *In*: MOTA, Ana E. (Org). **A Nova Fábrica de Consensos.** São Paulo: Cortez, 1998.

LACAZ, Francisco Antônio de Castro. **Saúde do trabalhador:** um estudo sobre as formações discursivas da academia, dos serviços e do movimento sindical. 1996. Tese (doutorado) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MENDES, Jussara Maria Rosa; WUNSCH, Dolores Sanches. Formação em Saúde do Trabalhador. *In*: **ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social,** 11. **Anais eletrônicos**, São Luís; ABEPSS, 2008.

_____. Serviço Social e a saúde do trabalhador: uma dispersa demanda. *In:* **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p.461-481, julho/setembro. 2011.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método na teoria Social. *In:* **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília:CFESS/ Abepss, 2009.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** São Paulo; Edusp, 1987.

OLIVAR, Mônica Simone Pereira. O campo político da saúde do trabalhador e o Serviço Social. **Revista Serviço social e Sociedade.** São Paulo, n. 102, p. 114-138, abr./jun.. 2010.